



O LEGADO DAS ARTES DA ORDEM FRANCISCANA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ/SC:
A BELEZA EM PROL DO APOSTOLADO

Danielle Rocha Benício¹

Marco Antônio Garcia Gava²

THE ARTS LEGACY OF THE FRANCISCAN ORDER IN THE CITY OF SÃO JOSÉ/SC:
BEAUTY FOR THE APOSTOLATE

EL LEGADO ARTÍSTICO DE LA ORDEN FRANCISCANA EN LA CIUDAD DE SÃO JOSÉ/SC:
BELLEZA PARA EL APOSTOLADO

1 Doutora em Artes Visuais (PPGAV/UDESC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Laboratório Artemis, Lattes 4887236172811352, Orcid 0000-0001-5077-0335, daniellebenicio@gmail.com.

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Lattes 8500096496361481, Orcid 0000-0003-4617-9424, marcoarq.antonio@gmail.com.

RESUMO

Almeja-se analisar o legado das artes da Ordem Franciscana na Paróquia de São José/SC entre 1904 e 1967, considerando a instância artística e a instância histórica e relacionando-as à identidade josefense. Objetiva-se especificamente: identificar e caracterizar as contribuições artística e histórica na Igreja Matriz na gestão franciscana; apontar as permanências e transformações nos bens materiais da sede paroquial que promovem a arte como meio de comunicação das Verdades Sagradas Católicas; e fomentar a preservação da herança religiosa cristã na urbe contemporânea. Tal análise fundamenta-se na premissa comunicativa da arte e da arquitetura sacras na difusão dos dogmas da fé do Catolicismo através do potencial mistagógico. Ademais constitui um dos objetivos da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, organismo da Santa Sé, atuar em prol da salvaguarda do testemunho de Cristo entre os homens, inclusa a atividade evangelizadora das Comunidades de Vida Consagrada. Na execução da pesquisa qualitativa adota-se o método hipotético-dedutivo, incluindo a coleta documental indireta e direta baseada no exame de fontes e bibliografia, levantamento *in loco* e registro fotográfico. Defende-se e confirma-se a hipótese de que as heranças da Paróquia de São José são vestígios vívidos do trabalho pastoral da Ordem Franciscana, que articula a comunidade e promove a beleza do mundo cristão em terras catarinenses por seis décadas, constituindo essencialmente a identidade josefense. Na Igreja Matriz, os franciscanos logram o espaço litúrgico efetivamente significativo - verdadeiro, bom e belo -, capaz de difundir, com facilidade, valores e dogmas propagados pelo Catolicismo.

Palavras-chave: Artes Visuais; beleza; patrimônio cultural; Ordem de São Francisco; São José (SC).

ABSTRACT

The aim is to analyze the legacy of the arts of the Order of Saint Francis in the Parish of Saint Joseph in Brazil between 1904 and 1967, considering the artistic instance and the historical instance and relating them to the Josephan identity. The specific objectives are: to identify and characterize the artistic and historical contributions to the Mother Church during the Franciscan administration; to point out the permanences and transformations in material assets of the parish headquarters that promote art as a means of communicating Catholic Sacred Truths; and to encourage the preservation of Christian religious heritage in the contemporary city. Such analysis is based on the communicative premise of sacred art and architecture in the dissemination of the dogmas of the Catholic faith through the mystagogical potential. Furthermore, one of the objectives of the Pontifical Commission for the Cultural Assets of the Church, an organization of the Holy See, is to act in favor of safeguarding the testimony of Christ among men, including the evangelizing activity of Communities of Consecrated Life. When carrying out qualitative research, the hypothetical-deductive method is adopted, including indirect and direct documentary collection based on the examination of sources and bibliography, on-site survey and photographic records. The hypothesis is confirmed that the legacies of the Parish of Saint Joseph are vivid traces of the pastoral work of the Order, which articulates the community and promotes the beauty of the Christian world in Santa Catarina lands for six decades, essentially constituting the Josephan identity.

Keywords: Visual Arts; beauty; cultural heritage; Order of Saint Francis; Saint Joseph (SC).

RESUMEN

El objetivo es analizar el legado de las artes de la Orden de San Francisco en la Parroquia de San Jose en Brasil entre 1904 y 1967, considerando la instancia artística y la histórica y relacionándolas con la identidad josefana. Los objetivos específicos son: identificar y caracterizar los aportes artísticos e históricos a la Iglesia Madre durante la administración franciscana; señalar las permanencias y transformaciones en los bienes materiales de la sede parroquial que promueven el arte como medio de comunicación de las Sagradas Verdades Católicas; y alentar la preservación del patrimonio religioso cristiano en la ciudad contemporánea. Tal análisis se fundamenta en la premisa comunicativa del arte y la arquitectura sacra en la difusión de los dogmas de la fe católica a través del potencial mistagógico. Además, uno de los objetivos de la Pontificia Comisión para los Bienes Culturales de la Iglesia, organismo de la Santa Sede, es actuar a favor de la salvaguardia del testimonio de Cristo entre los hombres, incluida la actividad evangelizadora de las Comunidades de Vida Consagrada. Al realizar la investigación cualitativa se adopta el método hipotético-deductivo, incluyendo la recolección documental directa e indirecta a partir del examen de fuentes y bibliografía, levantamiento *in situ* y registros fotográficos. Se confirma la hipótesis de que los legados de la Parroquia de San Jose son huellas vivas de la labor pastoral de la Orden, que articula la comunidad y promueve la belleza del mundo cristiano en tierras catarinenses durante seis décadas, constituyendo esencialmente la identidad josefana.

Palabras clave: Artes Visuales; belleza; patrimonio cultural; Orden de San Francisco; San Jose (SC).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A vila de São José da Terra Firme, atual São José/SC, origina-se com a migração no sul do Brasil, relacionada ao domínio da Coroa portuguesa, ampliando fronteiras rumo à Colônia do Santíssimo Sacramento, e da Igreja Católica, evangelizando novos territórios. Em 1750, aporta na Ilha de Santa Catarina/SC o terceiro grupo de imigrantes açorianos: 182 casais instalam-se na área continental da então vila Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis/SC. Logo essas famílias iniciam a construção do casario e erguem um cruzeiro em sítio elevado, sagrando o território ao Cristianismo. No ano seguinte, substitui-se o cruzeiro pela ermida, voltada à baía e ao vasto adro, campo santo. A partir desse solo sagrado, implantam-se os casebres, os quais se submetem à importância do templo na paisagem (D'Acampora; Silva, 19--; Gerlach; Machado, 2007).

Na segunda metade dos Setecentos essa ermida é substituída por edificação dedicada a São José. Todavia, o precário estado de conservação do templo leva-o à ruína em 1846, exigindo uma nova construção. Por conseguinte, em 1848 iniciam as obras da nova Igreja Matriz (Concrejato, 2009).

A Ordem Franciscana administra a Paróquia de São José entre 1904 e 1967. Esse período é marcado pelas transformações na edificação da Igreja Matriz, pela edificação da casa conventual no berço citadino josefense, pela multiplicação de templos e pelo incremento da atividade pastoral. Destaca-se o labor da Ordem em prol da educação no município através da criação da Escola Paroquial, da Escola Nossa Senhora de Lourdes (sob cuidados das Irmãs da Divina Providência) e do Coleginho São José. A partir da saída da Ordem Franciscana da Paróquia de São José na década de 1960, diversas ações levam ao oblívio de suas realizações (D'Acampora; Silva, 19--; Gerlach; Machado, 2007).

Diante disso, almeja-se analisar o legado das artes da Ordem Franciscana na Paróquia de São José entre 1904 e 1967, considerando a instância artística e a instância histórica e relacionando-as à identidade josefense. Objetiva-se especificamente: identificar e caracterizar as contribuições artística e histórica na Igreja Matriz na gestão franciscana; apontar as permanências e transformações nos bens materiais da sede paroquial que promovem a arte como meio de comunicação das Verdades Sagradas Católicas; e fomentar a preservação da herança religiosa cristã na urbe contemporânea.

Tal análise fundamenta-se na premissa comunicativa da arte e da arquitetura sacras na difusão dos dogmas da fé do Catolicismo através do potencial mistagógico³. Ademais constitui um dos objetivos da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, organismo da Santa Sé, atuar em prol da salvaguarda do testemunho de Cristo entre os homens, inclusa a atividade evangelizadora das Comunidades de Vida Consagrada. Na execução da pesquisa qualitativa adota-se o método hipotético-dedutivo, incluindo a coleta documental indireta e direta baseada no exame de fontes e bibliografia, levantamento *in loco* e registro fotográfico. Defende-se a hipótese de que as heranças da Paróquia de São José são vestígios vívidos do trabalho pastoral da Ordem Franciscana, que articula a comunidade e promove a beleza do mundo cristão em terras catarinenses por seis décadas, constituindo essencialmente a identidade josefense.

Justifica-se tal problemática pela importância da Ordem Franciscana na constituição urbana, arquitetônica e artística a compor o acervo patrimonial josefense. Enfim, urgem estudos frente à desaparecimento desse

3 Mistagogia ('mist'-mistério+'agogia'-condução) refere-se à ação de conduzir o fiel ao aprofundamento do Mistério da Fé. Constitui um ato catequético, adotado concomitantemente pela arte e pela arquitetura sacras (Paro, 2014). Manifesta-se na exigência do espaço litúrgico inserir o católico na prática ritual-celebrativa da vivência do Mistério da Fé, isto é, conduzir sua mente e seu coração ao que não se vê - a Deus.

legado, sequer reconhecido oficialmente de modo pleno. A seguir, expõem-se os conceitos basilares à preservação da arte no âmbito da Igreja Católica, bem como as reflexões sobre a constituição e a conservação do legado da Ordem Franciscana em São José.

1 A PRESERVAÇÃO DA ARTE E A IGREJA CATÓLICA

1.1 A Arte Como Mecanismo De Comunicação Da Fé Sagrada

As manifestações artísticas estão recorrentemente vinculadas à religiosidade humana: as imagens têm sido empregadas para a compreensão do intangível e a aproximação com o considerado sagrado. A arte produzida pela Igreja Católica, imbuída de forte apelo simbólico, “contém a realidade que significam, tornando-a presente e colocando-nos em relação a ela” (Molinero, 2019, p. 9).

A adoção do repertório imagético não é uma constante na historiografia católica. Deveras, na Igreja Primitiva, ainda com fortes vínculos com o Judaísmo, fundamenta-se nas linhas do Decálogo (conjunto de dez mandamentos) a interdição às imagens. A partir da compreensão do Mistério da Encarnação de Jesus Cristo (crença no Filho de Deus simultaneamente humano e divino), vislumbra-se nos símbolos a possibilidade de reconhecer sua face divina, coadunada com as Verdades Sagradas Católicas, seu potencial hierofânico.

A propósito, Eliade (1992) recorre ao termo hierofania para nominar a manifestação do sagrado - como nitidamente oposta ao profano. O potencial hierofânico pode se dar em objetos cotidianos ou em arranjos mais complexos, como no Mistério da Encarnação Divina, na figura de Jesus Cristo. Instrui-se que tais objetos, apesar de manterem suas características materiais, transcendem a própria matéria e revelam algo mais - desvelam o sagrado, que é outra coisa (Molinero, 2019).

A hierofania mais básica pode acontecer com qualquer objeto: uma pedra, uma árvore, o fogo, a água, uma nuvem... Não se trata de uma veneração a uma pedra enquanto pedra, nem de um culto a uma árvore enquanto árvore, mas no sentido de eles serem hierofânicos, ou seja, porque eles mostram outra coisa que não é pedra nem árvore, mas que é sagrado, que é “outra coisa” (Moliner, 2019, p. 11).

Destaca-se a capacidade mistagógica da arte, posto que a observação do simbolismo e sua interpretação, por meio da linguagem acessível e divina, conduzem o fiel por meio dos mistérios salvíficos. Assim, a arte deve ser capaz de sensibilizar e comover o fiel, educando-o e fortalecendo sua fé nos dogmas e preceitos da Igreja Católica. Isso é aludido, por exemplo, por Gregório Magno (540 d.C.-604d.C., Papa romano) ao afirmar que a pintura (e as demais manifestações da arte) é a literatura dos leigos, tal como na *Bíblia Pauperum* os fiéis assimilam nas pedras do templo e nos ornamentos da *Domus Dei* a mensagem do Cristo Ressuscitado (Tommaso, 2017).

Ora, a Igreja Católica recorre à arte para disseminar seus dogmas, facilitando sua atividade pedagógica: cada movimento artístico transmite uma mensagem específica - uma teologia. A produção artística e documental intrínseca às ordens religiosas “[...] oferecem um testemunho significativo e sempre novo dos carismas particulares de seus fundadores.” (Igreja Católica Apostólica Romana, 1994, p. 2). Logo, através de símbolos e espaços educa-se, informa-se e dissemina-se a teologia cristã.

Ademais tal legado manifesta valores além do fim sacralizado: ratifica a história, documentando acontecimentos, tradições, políticas, festividades e saberes-fazeres inerentes a cada localidade. Portanto suscita ampla diversidade de valores a ponderar: perpassa o artístico, o histórico, o cultural, o afetivo - sobretudo o religioso.

1.2 A Preservação Da Arte Em Prol Da Comunicação Da Fé Sagrada

Considerando as artes da Igreja Católica como herança atestante da evangelização, semeia-se no âmbito eclesial nos últimos anos o intento a favor da conservação desse legado. Tal intenção é mormente percebida através da criação da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, a partir do *Motu Proprio* (documento papal emitido por iniciativa do Papa e assinado pessoalmente por ele) de São João Paulo II (1920-2005, Papa polonês), intitulado *Inde a pontificatus nostri initio* e publicado em 1993 (Igreja Católica Apostólica Romana, 1993). Desde então essa Pontifícia Comissão atua para manter e perpetuar o patrimônio artístico e histórico do Catolicismo, em todas as suas instâncias; nesse sentido, emite documentos e orientações às Dioceses e aos Institutos de Vida Consagrada entre 1992 e 2006, recomendando a metodologia para a melhor salvaguarda dos bens sacros católicos (Gava, 2021-22) (Quadro 1).

Essa documentação urge a preservação frente a dilapidação do legado patrimonial das congregações; inicialmente, elas delimitam os bens de interesse a:

[...] obras de arte figurativas e arquitetônicas e todos os outros tipos de tesouros artísticos e históricos, grandes e pequenos - desde documentos de arquivo, manuscritos e volumes impressos até coleções de museus, arquivos e biblioteca (Igreja Católica Apostólica Romana, 1994, p. 1).

[...] em primeiro lugar a riqueza artística da pintura, da escultura, da arquitetura, do mosaico e da música, colocados a serviço da missão da Igreja. A estes devem ser acrescentados a riqueza dos livros contidos nas bibliotecas eclesiais e dos documentos históricos conservados nos arquivos das comunidades eclesiais. Por fim, este âmbito abrange as obras literárias, teatrais e cinematográficas produzidas pelos meios de comunicação em massa (Igreja Católica Apostólica Romana, 2006, p. 1).

ANO	TÍTULO DO DOCUMENTO	TEOR DO DOCUMENTO
1992	A formação dos futuros presbíteros à atenção para com os bens culturais da Igreja.	Aborda a responsabilidade direta do clero na preservação dos bens sacros; a problemática na grade curricular dos seminários; e as alternativas na formação sacerdotal.
1994	As bibliotecas eclesiais na missão da Igreja.	Exorta a importância pastoral das bibliotecas e propõem diretrizes à gestão das bibliotecas eclesiais.
1994	Os bens culturais dos institutos religiosos.	Aborda o patrimônio cultural das ordens de vida consagrada e estipula diretrizes para a conservação de edifícios, arquivos, bibliotecas e trabalhos destas ordens.
1997	A função pastoral dos arquivos eclesiais.	Aborda a importância dos arquivos na constituição da Igreja e o seu destaque pastoral; e propõe sugestões e diretrizes para o ordenamento desses espaços.
1999	Necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos bens culturais da Igreja.	Alude a extrema necessidade de realização de inventários do patrimônio sacro das Dioceses como mecanismo de preservação dos bens eclesiais.
2001	A função pastoral dos museus eclesiais.	Aborda a importância dos museus de arte sacra para a preservação das peças antigas pertencentes à Igreja e dispõe diretrizes à organização desses espaços.
2006	Inventariação dos bens culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica.	Exorta a necessidade de realização de um inventário dos bens pertencentes aos Institutos de Vida Consagrada, pois muitas organizações, por falta de pessoal capacitado, ainda não possuem a inventariação de seus bens.

QUADRO 1.

Documentos e orientações da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja. Fonte: Gava (2021-22, p. 24).

Ou seja, comunga-se na caminhada evangelizadora toda a produção religiosa católica, dos grandes mestres aos artesãos locais - tudo documenta a tradição sagrada da Cristandade e a comunica igualmente.

Mas mesmo aqueles conventos, mais modestos em forma e tamanho, mas presentes em bairros ou periferias urbanas, podem se tornar prova de como muitas vezes se tornaram não apenas escolas de vida espiritual, mas também pontos de referência para a cultura, a arte, a vida social, a civilização e a vida urbana (Igreja Católica Apostólica Romana, 1994, p. 2-3).

Ademais, a Pontifícia Comissão alerta à problemática da alienação indevida dos bens imóveis, templos e edifícios de uso pastoral, e requer cautela ao empreender tal ação no que tange à “especulação imobiliária duvidosa”. Logo, em ações de venda e restauração do edificado deve-se ponderar os valores inerentes ao bem. Quanto aos bens móveis, especialmente aos vinculados aos ofícios litúrgicos, aponta a necessidade de inventariação, incluindo a criação de catálogo específico, o qual não deve ser descartado, pois expressa “[...] o desejo de conhecer melhor as raízes da própria história humana e religiosa.” (Igreja Católica Apostólica Romana, 1994, p. 4).

Em concomitância, a Pontifícia Comissão recomenda a destinação e o cuidado conferido aos documentos eclesiásticos e aos acervos de bibliotecas de conventos e monastérios, abrangendo metas e diretrizes para sua conservação, abarcando o inventário de todas as peças, seguido de ações de promoção e educação patrimonial. Ainda que não tenha uso específico nas atividades litúrgicas, o legado da Igreja mantém seu potencial inerente de transmitir valores, podendo ser reconhecido em exposições, museus e espaços culturais, sempiterna sua vocação evangelizadora.

Acrescenta-se que a promulgação das constituições apostólicas do Concílio Vaticano II (Igreja Católica Apostólica Romana, 1966) somada

à criação da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais e às ações das Conferências Episcopais - como a Conferência Episcopal Italiana (CEI), a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), a Conferência Episcopal Alemã (CEA) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) -, geram importantes resultados a favor da preservação da herança do Catolicismo. Também influencia a publicação do *Código de Direito Canônico* em 1983 (Igreja Católica Apostólica Romana, 1983), que contém critérios sobre a arte e a arquitetura sacras, bem como sobre o zelo em processos de restauração de imagens e sua disposição dentro do espaço sagrado. Com efeito, diversos Bispados orientam, por meio de manuais e/ou cursos, artistas, arquitetos e clérigos de sua circunscrição eclesiástica (Gava, 2021-22).

A Igreja no Brasil deflagra os trabalhos de valorização dos bens artísticos e históricos a partir do *I Encontro Nacional de Arte Sacra*, realizado no Rio de Janeiro em 1967. Daí resulta o primeiro plano de preservação patrimonial, intitulado *Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico* e publicado em 1971. Contudo, somente em 2009, celebra-se o *Acordo Brasil-Santa Sé*, através do qual ambas as partes, Igreja Católica e governo federal, assumem a obrigação de zelarem, em parceria, pela manutenção do patrimônio cultural brasileiro de ordem eclesiástica. Recentemente, em 2021, a CNBB e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) assinam o *Acordo de Cooperação Técnica*, comprometendo-se, no decurso de três anos, a desenvolverem atividades específicas de fomento, valorização e conservação dos bens culturais da Igreja no território brasileiro. Este ato constitui um dos mais relevantes visando a perpetuação do patrimônio católico, inclusive abrindo precedentes para o melhor ordenamento, jurídico e administrativo, por parte das Dioceses em relação aos bens de que são fiadoras (Berto, 2018; Brasil, 2009; Gava, 2021-22).

Lamenta-se que no Brasil grande quantitativo dos Bispados ainda não disponha de plano específico tratando da preservação do patrimônio sacro,

entre outros aspectos - exemplo disso é a Arquidiocese de Florianópolis. A Comissão Diocesana de Arte Sacra desta Arquidiocese restringe-se a cumprir papel consultivo, quando solicitada, e não deliberativo. Ademais, não dispõe de plano a favor da preservação do patrimônio sacro para apoiar suas decisões, ficando a emissão de juízo conforme critérios mais ou menos subjetivos de cada membro que a compõe. Daí a fragilidade da situação da Arquidiocese de Florianópolis (Gava, 2021-22).

2 A CONSTITUIÇÃO DO LEGADO DA ORDEM FRANCISCANA EM SÃO JOSÉ

2.1 O Surgimento Da Vila De São José Da Terra Firme E Da Igreja Matriz

A vila de São José da Terra Firme origina-se com a chegada dos 182 casais açorianos, que iniciam o povoamento da área continental, em “terra firme”, da então vila Nossa Senhora do Desterro em 1750. Essas famílias promovem a sagração do sítio ao Catolicismo mediante a ereção do cruzeiro, pouco depois substituído por uma construção em pau-a-pique, junto ao casario singelo. Já em 1751, esta Capela é elevada à Igreja Matriz, sede da Paróquia, e confiada ao vigário José Antônio da Silveira até 1752 (D’acampora; Silva, 19--; Gerlach; Machado, 2007). Ou seja, a Igreja Matriz de São José não surge por iniciativa de uma ordem religiosa, mas da empreitada de famílias com baixo poder aquisitivo, almejando efetivar a sagração de seu lugar.

Tal sagração importava, em termos religiosos, para a população e para o clero, para o clero e para o governo. Atribuía outro significado eclesiástico, conseqüentemente também oficial, ao modesto assento da ermida, capela, capela curada. Conferia, em decorrência, outra importância ao lugarejo. [...] O chão sob tão humilde cobertura, a partir da ereção e só a partir de então, passava a ser sagrado, considerado e respeitado obrigatoriamente como tal. (Marx, 1991, p. 19-20).

Na gestão do governador Manoel Escudeiro Ferreira de Souza entre 1749-1753, prevê-se a construção de um templo mais amplo e sólido, em pedra e cal. Para isso, a Mesa de Consciência e Ordens expede a provisão em 1755, concedendo anuência à empreitada (Paiva, 2003). Em 1756, a póvoa ascende à freguesia, mas a obra religiosa permanece paralisada. Em 1765, a Igreja Matriz, aumentada e dedicada a São José, é uma “pequena Barraca de pau a pique, ainda que coberta de telha, já assoalhada” (Menezes, 1765, p. 6).

São José da Terra Firme ascende à vila em 1833, mantendo-se a preponderância do edifício sagrado na paisagem. Deveras, o templo de pedra e cal chega no século XIX como uma edificação protagonista no sítio levemente elevado, destacada do casario de seu contexto urbano, voltada à baía e ao vasto adro, este estendido da portada à orla marítima; internamente, compõe-se por nave e capela-mor, acrescida lateralmente por um singelo campanário (Gerlach; Machado, 2007). Esta configuração adequa-se às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (Vide, 1853) e ao modelo urbano ideado pela *Provisão Régia* de 1747 (Brito, 1829) (Figura 1).

Contudo no decorrer do século XIX, não se efetua a manutenção da Igreja Matriz. Em 1839, a edificação apresenta graves problemas na estrutura e, por isso, o Presidente da Província de Santa Catarina Brigadeiro João Carlos Pardal atenta em discurso à Assembleia Provincial para a urgência dos reparos. Sem resultado, no ano seguinte, o Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares D’Andrea acusa a exigência de



FIGURA 1.

Vila de São José da Terra Firme retratada em aquarela por Jean-Baptiste Debret entre 1826-1827. Destaca-se a preponderância do templo católico na paisagem, edificação alva, monumento protagonista em meio ao casario e aos morros, voltada à baía e ao adro. Fonte: Gerlach e Machado (2007, p. 22-23).

intervenção imediata no madeiramento do telhado, sob o risco de desabamento. Somente em 1843 algumas ações são realizadas pelo Presidente Antero Jozé Ferreira de Brito (Brito, 1843; Concejato, 2009).

Ressalta-se a visita à Igreja Matriz do Imperador Dom Pedro II, da Imperatriz Thereza Cristina e do Bispo do Rio de Janeiro Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo em 1845. Nela, ornamentada com grinaldas, eles são recepcionados por uma calorosa comitiva; posteriormente, os monarcas presenteiam a Paróquia com uma doação de 3 contos de réis para benfeitorias (D'Campora; Silva, 19--).

Porém não se fazem as melhorias necessárias e um ano após a visita da Corte, em 1846, parte do frontispício do templo desaba, com a parede norte da nave, causando sua interdição. Então, demole-se parcialmente a Igreja Matriz e aproveita-se a capela-mor, que resiste ao infortúnio, para nova e maior edificação a partir do projeto do 1º Tenente d'Engenheiros João de Souza Melo e Alvim (formado pela Academia Militar do Rio de Janeiro). Tal construção inicia em 1848 e estende-se por cerca de 35 anos, em razão da limitação financeira da comunidade, que não consegue sozinha executar a monumentalidade projetada. Aliás, a primeira paralização da obra ocorre já em 1849; registra-se a falta da colocação das grades nas tribunas e a não conclusão da torre sineira em 1857 (Brito, 1847; Concejato, 2009; Coutinho, 1857).

Ademais, em 1851, sob a direção do Padre Macário César de Alexandria e Sousa, edifica-se em uma colina próxima, a ermida de Nosso Senhor do Bonfim; e em 1852, solicita-se a criação de um cemitério, a fim de solucionar os problemas decorrentes dos sepultamentos sob o assoalho da nave da Igreja Matriz. Além da disseminação de doenças e miasmas fétidos que exalam entre as tábuas do piso, lota-se esse espaço. Em 1856, a vila de São José é elevada à cidade. Com o avanço das obras da sede paroquial, inicia-se a ornamentação de seu interior: em 1870 é talhado o conjunto de retábulos dispostos na capela-mor, na nave e nas capelas-laterais, resultado do engenho de Luiz Henrique dos

Santos Souza⁴. Essas obras são dadas como terminadas em 1883, sem a conclusão da segunda torre sineira, a norte do templo, configurando um frontispício assimétrico (Concrejato, 2009) (Figura 2).

Em meados do século XIX, a Paróquia de São José abrange grande extensão territorial, dificultando as visitas pastorais do vigário. Com efeito, em 1844 cria-se a Paróquia de São Pedro de Alcântara (no atual município homônimo) e em 1854, o Distrito Paroquial de Santo Amaro (no atual município de Santo Amaro da Imperatriz/SC); embora o atendimento pastoral seja continuado pelos sacerdotes da Paróquia de São José (Arquidiocese de Florianópolis, 2024).

Uma das últimas ações do clero secular, em parceria com a Conferência de Nossa Senhora da Glória e São Vicente de Paulo, é a fundação do colégio secundário Externato São Vicente de Paulo no térreo da edificação assobradada no lado norte da Igreja Matriz em 1902. As atividades escolares não perduram - são finalizadas com a saída do Padre João Nepumoceno Manfredo Leite da Paróquia de São José em 1904. Neste ano, ocorre o fim da gestão do clero secular e assume como vigário o Frei Nicodemos Grundhoff e, assim, a Ordem dos Frades Menores de São Francisco (Gerlach; Machado, 2007; Mitra, 2022a).

2.2 A Ordem Franciscana E As Transformações Na Igreja Matriz

Em 1891, aportam em Santa Catarina os primeiros franciscanos de origem alemã, fixando-se inicialmente na Paróquia de Santo Amaro; daí seguem às outras regiões do estado catarinense, inclusive para São José. Em 1904, a Ordem dos Frades Menores assume a administração da Paróquia de São José, então confiada à Diocese de Curitiba. A gestão franciscana significa à cidade um momento de fortalecimento da

4 A identificação de Luiz Henrique dos Santos Souza é feita através da assinatura do josefense à lápis no retábulo. O artista é também autor da cruz da imagem do Senhor do Bonfim na Capela homônima (Concrejato, 2009).



FIGURA 2.

Largo da Igreja Matriz de São José em 1907. Destaca-se a ratificação da preponderância do templo católico na paisagem, agora com a torre sul, e da permanência do monumento protagonista em meio ao casario colonial. Ressalta-se ainda a vastidão do adro, Campo Santo, espaço público aberto, sem tratamento paisagístico nem mobiliário urbano, emoldurado pelos morros, pelo conjunto edificado luso-brasileiro e pelo céu, a engrandecer o patrimônio da Cristandade. Fonte: Gerlach e Machado (2007, p. 111).

atividade espiritual e educacional, gerando progressos na Paróquia, com sucessivas melhorias na Igreja Matriz e nas demais Capelas sob sua jurisdição, inclusive artístico-arquitetônicas, além da criação de escolas (Ordem Dos Frades Menores, 2022).

Em 1908 é empreendida grande reforma na Igreja Matriz, custeada pela comunidade, remodelando muitos dos carizes peculiares ao Brasil colonial⁵. A propósito, efetua-se a reforma do arremate da torre sul, incorporando influências da linguagem neogótica (Gerlach; Machado, 2007). Em 1910 são importadas três imagens da Alemanha, entre as quais São José. Destacam-se os melhoramentos⁶: refazimento do retábulo-mor, guarnecido com dois baldaquinos laterais simétricos e as imagens de São Francisco e Santo Antônio; instalação do sistema de iluminação em acetyl; aquisição de uma calha, dois armários, um harmônio, um púlpito e um conjunto de via-sacra⁷; ampliação do óculo central sobre a portada frontal; e pintura de altar-mor, capela-mor e templo. Em 1916, na gestão do vigário Frei Bruno Linden substitui-se a iluminação em acetyl por energia elétrica, graças à doação de Estevão Koerich. Entre 1910-20, a estátua de São José é submetida a dita “restauração”, cujo resultado é questionado por fiéis (Concrejato, 2009) (Figuras 3-6).

5 Neste mesmo ano, em 1908, efetiva-se a emancipação eclesiástica do território, até então vinculado à Arquidiocese de Curitiba, e cria-se o Bispado de Florianópolis, com a posse de Dom João Becker e a elevação da Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro à Catedral Diocesana. Em 1927, a Diocese é elevada à Arquidiocese e sua Catedral incorpora o título de Metropolitana, tornando-se, assim, uma circunscrição com influência sobre as demais Dioceses catarinenses (Gava, 2021-22).

6 Tais intervenções são relatadas pelo vigário Frei Domingos Schmitz (1911, p. 4) à Cúria de Florianópolis em 1911, contendo *Novas aquisições e construções no anno findo? De que despesas?*

7 No *Inventário de bens móveis e sacros: imaginária e pintura, Igreja Matriz de São José* da Fundação Catarinense de Cultura (FCC, 2008) informa-se que as gravuras da via-sacra são impressas na Alemanha e restauradas em 1961, na gestão do Frei Hilário Banse.



FIGURA 3.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme na gestão franciscana com óculo central, antes e após sua ampliação. Destaca-se o adro, espaço público com tratamento paisagístico e mobiliário urbano; notabiliza-se a arborização da Praça justaposta à cobertura vegetal dos morros, emolduradas pelo céu. Ressalta-se ainda o caminho centralizado, alinhado com a porta da fachada frontal, conduzindo o fiel ao templo sagrado. Fonte: Gerlach; Machado (2007, p. 282 e 187).



FIGURA 4.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme na gestão franciscana com a torre sul reformada, exibindo no arremate influências da linguagem neogótica, diferente da identidade estilística existente. Fonte: Gerlach; Machado (2007, p. 114).



FIGURA 5.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme na gestão franciscana, destacando-se a torre sul. Ressalta-se, mais uma vez, a ratificação da preponderância do templo católico na paisagem, em implantação privilegiada considerando a indissociação dos contextos natural e urbano; e da permanência do monumento protagonista em meio ao casario remanescente do período colonial e às novas edificações da Modernidade, inclusive em relação visual com a Capela de Nosso Senhor do Bonfim. Nota-se ainda a torre sul, inicialmente com caracterização luso-brasileira, reformada e atualizada figurativamente, incorporando no arremate influências da linguagem neogótica. Fonte: Gerlach; Machado (2007, p. 208 e 230) e Mitra (2022a).



FIGURA 6.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme na gestão franciscana em 1926. Destaca-se: a capela-mor com retábulo-mor, os dois baldaquinos laterais e as imagens de São Francisco e Santo Antônio; os retábulos laterais; e o arco-cruzeiro. Ressalta-se a ornamentação esfuziante. Fonte: Gerlach; Machado (2007, p. 220).

Tais melhoramentos, somados às despesas da Capela de Nosso Senhor do Bonfim e da Escola Paroquial, geram uma dívida de 6 contos de réis contraída pela Paróquia de São José, que enfrenta um período de recessão até a quitação em 1925. Em 1922, a despeito da vultosa dívida, adquire-se um confessionário, entalhado pelo mestre Antônio Pitz. Também nesse ano o vigário Frei Fidelis Kamp encaminha carta à Cúria de Florianópolis com o desejo de adquirir um terreno de 4 contos de réis de uma viúva para a construção do Império. Em 1926 são abençoados três novos sinos na torre sul, importados pelo vigário da Alemanha, cujo pagamento é parcialmente feito a partir da venda do mobiliário interno da Escola Paroquial ao governo de Santa Catarina⁸. Em 1927 inicia-se outra reforma no templo; o Apostolado da Oração acrescenta duas imagens ao retábulo do Sagrado Coração de Jesus: Santa Teresinha do Menino Jesus e Santa Catarina. Ademais, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário demanda a venda de parte de suas joias para custear as melhorias do retábulo homônimo (D'Acampora; Silva, 19--; Jochem; Silva, 2020; Kamp, 1926; Mitra, 2022a).

Na década de 1930 realizam-se: a troca do assoalho na nave; e a aquisição do barravento no acesso principal e dos dez bancos. Em 1932 o vigário Frei Boaventura Klemmer inicia a construção do Salão Boaventura ao lado da capela-mor na fachada norte para peças teatrais, reuniões e festejos da comunidade, inaugurado em 1933. Em 1936 substituem-se as telhas capa-canal por francesas; e em 1937 o vigário Frei Bernardo Ronchi supervisiona a colocação no frontão de um painel de azulejos dedicado a São José, produzido em Imbituba. Ainda se prevê: o assentamento de um barrado de ladrilhos hidráulicos (com desenho geométrico nas cores verde, vermelha e bege) no contorno da nave e das capelas anexas; a repintura do teto; a reforma do batistério; e a compra

8 Muitos bens são importados da Alemanha pela Ordem Franciscana; nota-se que a maioria dos padres que administra a Paróquia de São José possui origem germânica, atuando como mecenas das artes da terra natal (Gava, 2021-22).

de novos paramentos (Concrejato, 2009; D'Acampora; Silva, 19--; Gerlach; Machado, 2007).

Em 1941, vigário e fiéis contratam o artista Pedro Cechet para pinturas na nave, na capela-mor e nas capelas anexas: em profusão de cores retratam-se as vidas de São José e Jesus Cristo, incluindo-se na representação santos, apóstolos e evangelistas. O interior reformado “radicalmente” estreia na solenidade de Cristo Rei, com o Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira (A Gazeta, 1941). Tal inauguração é noticiada em jornais.

No dia de Cristo Rei, domingo vindouro, realizar-se-á em S. José, a inauguração da pintura interna da Matriz da cidade, obra de valor e de vulto, levada a efeito pelo vigário da Paróquia, Frei Felisberto Inhost, O.F.M., que encontrou em seus paroquianos a melhor ajuda, a melhor boa-vontade [...].

A pintura, toda ela obedece às exigências litúrgicas, e as cores empregadas são sóbrias e simples. Assim, o que se observa em um pano de parede, vê-se também nas demais. O teto, em geral, recebeu o mesmo tom de tintas. Na capela-mor, no centro do teto, há um medalhão de cores alegres com raios dourados com o Espírito Santo. Na nave principal, ao centro, em medalhões simetricamente pintados estão as colunas mestras da Igreja: S. Pedro e S. Paulo. Nos ângulos o sustentáculo dessas colunas: S. Marcos, S. Mateus, S. Lucas e S. João. Acima do arco do cruzeiro, um grande quadro - A Glorificação da Santíssima Trindade, ladeada de trinta e cinco figuras da Igreja, desde S. Pedro, até S. Terezinha, obedecendo assim as diversas fases da Igreja. Essas figuras dividem-se em dois grupos: um, na parte superior, e outro, na inferior, e todos sob nuvens, em pleno céu aberto. No arco da Capela de N. Senhora das Dores, em medalhão, o Trânsito de S. José ao lado do altar, o encontro e o Descimento da Cruz. No arco da Capela do Divino Espírito Santo, em medalhão também, os Esponsais de S. José e ladeando o altar a Anunciação e o Batismo de Jesus. O estilo é o colonial artístico [sic]. (Mitra, 2022a) (Figuras 7-9).



FIGURA 7.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme na década de 1940, após intervenções da Ordem Franciscana. Destaca-se: a capela-mor com retábulo-mor, os dois baldaquinos laterais e as imagens de São Francisco e Santo Antônio; e o retábulo lateral no transepto, articulando a nave à capela lateral. Ressalta-se a ornamentação esfuziante, notabilizando-se a pintura parietal figurativa e o piso revestido com ladrilhos hidráulicos, também figurativo. Fonte: Concejato (2009) e FCC (1998).



FIGURA 8.

Mobiliário da Igreja Matriz de São José da Terra Firme, adquirido pela Ordem Franciscana: sino em metal e via-sacra em madeira, ambos importados da Alemanha. Recorda-se que, nessa época, a maioria dos padres que administra a Paróquia josefense possui origem alemã, recorrendo a fábricas, artesãos e artistas germânicos para suprir a demanda local. Fonte: Gava (2024).



FIGURA 9.

Mobiliário da Igreja Matriz de São José da Terra Firme, adquirido pela Ordem Franciscana: confessional e púlpito, ambos em madeira. Destaca-se o importante acervo de bens integrados executado em madeira, resultante do labor de mestres entalhadores, muitos destes profissionais descendentes de imigrantes alemães, tal como Antônio Pitz, responsável pela fábrica do confessional, exibindo influências neogóticas. Fonte: Gava (2024).

De fato, esse conjunto de intervenções empreendidas pela Ordem Franciscana na primeira metade do século XX na Paróquia josefense apresenta predominantemente um caráter figurativo, fundamentado nos princípios da *Bíblia Pauperum*, ou seja, explícita a disseminação das Verdades Sagradas Católicas e os Dogmas Eclesiásticos por intermédio das imagens - as imagens corroboram a Palavra - o Verbo. Nesse sentido, o clero recorre aos artesãos e aos artistas, e estes às imagens, como meio de efetivar a plena assimilação pelos leigos dos valores e dogmas difundidos pelo Catolicismo. Assim, no mundo “divino” das imagens - na profusão de cenas bíblicas, figuras etéreas e padrões decorativos -, nenhum ornamento é desperdiçado, porquanto concorre “[...] poderosamente na sincera conversão dos corações humanos a Deus” (Igreja Católica Apostólica Romana, 1966). Por conseguinte, floresce aí, para além da função sacrossanta, um propósito pedagógico, onde a beleza é requisitada como caminho “perfeito” à catequese diária na proporção em que “[...] a beleza é um caminho que nos conduz ao Mistério” (Pastro, 2008, p. 40)⁹.

Destarte, destaca-se que a Igreja Matriz de São José da Terra Firme, nesse contexto novecentista, engrinalda-se por três temáticas particulares da iconografia cristã: nela explora-se a hagiografia do orago, ostentam-se passagens da Encarnação de Jesus Cristo e empregam-se cenas com personalidades relevantes ao desenvolvimento do Catolicismo no decorrer dos séculos. Curiosamente, contabilizam-se raros entremetimentos da Ordem dos Frades Menores nas manifestações artísticas no interior do templo, posto que, à exceção das duas esculturas de São Francisco e Santo Antônio entronizadas no retábulo-mor, as demais benfeitorias nutrem-se de um discurso desconectado da congregação¹⁰,

9 Pastro (2008, p. 28) defende o conceito de ferida gerada pela beleza, uma vez que esta é capaz de saciar e esvaziar o ser sincronicamente. Ou seja, ao ferir e comover, a beleza “[...] leva-nos a uma profunda percepção do OUTRO, de algo mais pelo: encantamento, estupor e maravilhar-se. [...] A beleza gera um ENCONTRO que nos leva do visível ao INVISÍVEL. Um verdadeiro encontro.”

10 A Ordem Franciscana possui um programa iconográfico muito específico,

alimentadas paradoxalmente por um cariz vernacular e institucional. Ora, vernacular pois assume representações alinhadas com a devoção particular da comunidade - a vida de São José e o Divino Espírito Santo - conseqüentemente, numa comunhão identitária local; e institucional visto que recorre às figuras de santos e santas caros à cronografia cristã, desde o Paleocristianismo até a Modernidade, e reforça a ideia de unidade em toda a tradição católica, consoante ao espírito ultramontano vigente na Arquidiocese de Florianópolis no período¹¹.

Portanto, pouco se percebe acerca de investimento e incorporação de temáticas e elementos iconográficos próprios da Ordem Franciscana, os quais são encontrados em outros templos da Arquidiocese de Florianópolis, como na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência sediada na capital catarinense. Apesar disso, e da superação das limitações financeiras da comunidade, notabiliza-se a importância da Ordem Franciscana na formação pastoral, na catequização dos leigos, e, em prol disso, na edificação de novos templos e escolas e nos melhoramentos arquitetônicos e artísticos dos edifícios existentes, especialmente na Igreja Matriz, sobretudo promovendo a ornamentação de seus espaços - essencialmente, através da ascensão da beleza em prol da experiência do divino.

pautado nos valores apregoados por São Francisco de Assis e seus seguidores. Portanto, nas igrejas administradas pelo franciscanos são comuns as representações alusivas à vida e à morte de Francisco e de Clara e à exaltação do dogma da Imaculada Conceição.

11 Ultramontanismo consitui um movimento da Igreja Católica deflagrado no século XIX, no qual se busca o regramento da devoção e dos ritos, tendo Roma e, sobretudo, a figura papal como cerne. No Brasil, fortalece-se após a Proclamação da República e a extinção do Padroado, quando o Catolicismo almeja reafirmar-se como instituição sólida, inabalável e eterna. Em Santa Catarina, os ideais ultramontanos manifestam-se nos altares locais a partir da vinda de imigrantes, especialmente de germânicos, no século XIX, advindos de regiões onde tais princípios estão enraizados. De fato, a chegada de padres estrangeiros, a exemplo dos franciscanos, intensifica o Ultramontanismo.

3 A PRESERVAÇÃO DO LEGADO DA ORDEM FRANCISCANA EM SÃO JOSÉ

Diante da problemática da insuficiência do número de padres à Paróquia de São José, em 1955, o Provincialado Franciscano em São Paulo manifesta ao Palácio Episcopal de Florianópolis o desejo de entregar a Paróquia ao clero secular. Todavia, não se dá o aceite do Arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Por isso, o Provincialado ultima a entrega da Paróquia em 1966, efetivada somente em 1967, com a nomeação do Padre Hilton Rovere como Pároco. Encerra-se, por conseguinte, a era marcada pelas contribuições da Ordem Franciscana em São José, abrangendo as instâncias artística, histórica e de apostolado (Müller, 1955).

Após a saída da Ordem Franciscana da gestão da Paróquia de São José, poucas ações voltam-se à preservação de seu legado - este é parcialmente esquecido ou desaparecido, inclusive em razão das sucessivas reformas executadas na Igreja Matriz, além do fechamento de instituições e conclusão de atividades pastorais. Deveras, ao assumir a Paróquia de São José, o clero secular oblitera os feitos antecessores. A nova gestão almeja marcar o tempo hodierno: menospreza as realizações do passado como algo “velho”, o ultrapassado a ser superado - por isso, visa configurar o então presente como “novo”, inspirador e transformador. Em documento intitulado *1ª Etapa do Fluxograma*, rasurado, talvez pela aspereza de suas afirmações, lê-se:

Na Paróquia, a saída dos Pes. franciscanos já velhos e acomodados e a entrada do clero secular com Padre jovem, trouxe um novo impulso. Foi reformada integralmente a Igreja Matriz, construída ampla e nova casa paroquial, criada novas Capelas, restauradas outras em precárias condições. Também o desmembramento de outras Paróquias veio favorecer muito (Mitra, 2022a).

De fato, o fabriqueiro (administrador dos rendimentos e do patrimônio da Igreja e zelador da conservação de alfaias e paramentos) Osvaldo Ramos, autorizado pelo vigário Hilton Rovere, solicita orientação sobre a reforma da Igreja Matriz ao josefense Dom Jaime de Barros Câmara (então Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro). Este escreve ao Arcebispo de Florianópolis Dom Afonso Niehues, pedindo autorização para custear a vinda do Monsenhor Schubert para estudar o caso e dar assistência à obra (Câmara, 1967).

Em 1968, somente um ano após a saída da Ordem Franciscana da gestão da Paróquia de São José, efetua-se uma grande reforma na Igreja Matriz (Figuras 10-12): retiram-se os ladrilhos hidráulicos das paredes da nave e da capela-mor (resta atualmente pequena área na escada de acesso ao coro); troca-se o assoalho da sacristia por piso cerâmico; substitui-se o madeiramento do assoalho da nave; recobrem-se todas as pinturas murais internas, apagando-as¹²; repintam-se todos os retábulos; demole-se a cúpula neogótica na torre, “re”criando o coroamento colonial análogo ao existente até 1908¹³; cambia-se o cruzeiro que

12 Entre 1960-70 na Arquidiocese de Florianópolis são frequentes as intervenções de reforma e “limpeza” nos templos antigos, não raro, resultando em perdas patrimoniais e/ou destruição de bens sacros. Com efeito, daí resultam apagamentos de muitas pinturas murais decorativas. Tais ações articulam-se provavelmente à interpretação errônea do Concílio Vaticano II, somado à escassez de conhecimentos sobre preservação do patrimônio católico na época. De fato, a partir da promulgação do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica enceta um processo de atualização de seus santuários tridentinos e de edificação de novos espaços sagrados. Exemplo disso ocorre na Catedral Metropolitana Nossa Senhora do Desterro na década de 1970, quando se executa mais uma reforma na “velha Matriz”: a propósito, em 1974, nela se inicia o lixamento e a desapareição completa das pinturas que até então adornam suas paredes e a retirada total dos ladrilhos hidráulicos, substituídos por marmorite (Gava, 2021-22).

13 O refazimento da torre da Igreja Matriz pretende resgatar sua imagem colonial. Mas o resultado não retorna totalmente à configuração original: antes de 1908 a cúpula de base quadrangular é arrematada por um coruchéu piramidal; a partir de 1968 “re”cria-se um arremate com uma esfera atada ao plinto quadrangular, de onde emerge uma grimpá. Esta nova aparência assemelha-se às torres da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Florianópolis.



FIGURA 10.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme, destacando-se a torre antes e após a reforma da Ordem Franciscana de 1908 e depois da “re”criação de 1968. Fonte: (a) Gerlach; Machado (2007, p. 103) e (b, c) IBGE (2024).



FIGURA 11.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme, destacando-se a nave e a capela-mor em 1926 e em 1970. A partir da reforma executada, observa-se no espaço sagrado interior a subtração de ornamentos acrescentados nos anos anteriores, tornando o templo mais sóbrio, ascético. Fonte: Gerlach; Machado (2007, p. 220); Concejato (2009). Neste sentido, ressalta-se a extração de elementos dos retábulos, o apagamento das pinturas murais e a retirada de mobiliário não condizente com o aggrionamento da Igreja Católica.

encima o frontão; e suprimem-se do retábulo-mor os baldaquinos laterais e as imagens de São Francisco e Santo Antônio. Com efeito, a remoção dos oragos da Ordem dos Frades Menores do retábulo-mor significa o crepúsculo da era franciscana na Igreja Matriz (Concrejato, 2009).

Em 1987, executa-se nova reforma na Igreja Matriz, descaracterizante do legado patrimonial: trocam-se os bancos da nave (adquiridos provavelmente na década de 1930); substituem-se os óculos laterais por seteiras; e cambia-se o reboco a base de cal por de cimento nas paredes (o que gera posteriormente patologias construtivas). Ademais, implementam-se melhorias nos sistemas hidrossanitário e de drenagem pluvial. Para isso, encaminham-se, por intervenção de Dom Jaime de Barros Câmara, alguns membros da comissão de arte sacra da Arquidiocese do Rio de Janeiro para traçar planos para o feito. O Salão Boaventura é alugado à iniciativa privada, para uso comercial, o que gera a obstrução do trânsito pela porta entre o Salão e a capela-mor (Concrejato, 2009) (Figura 13).

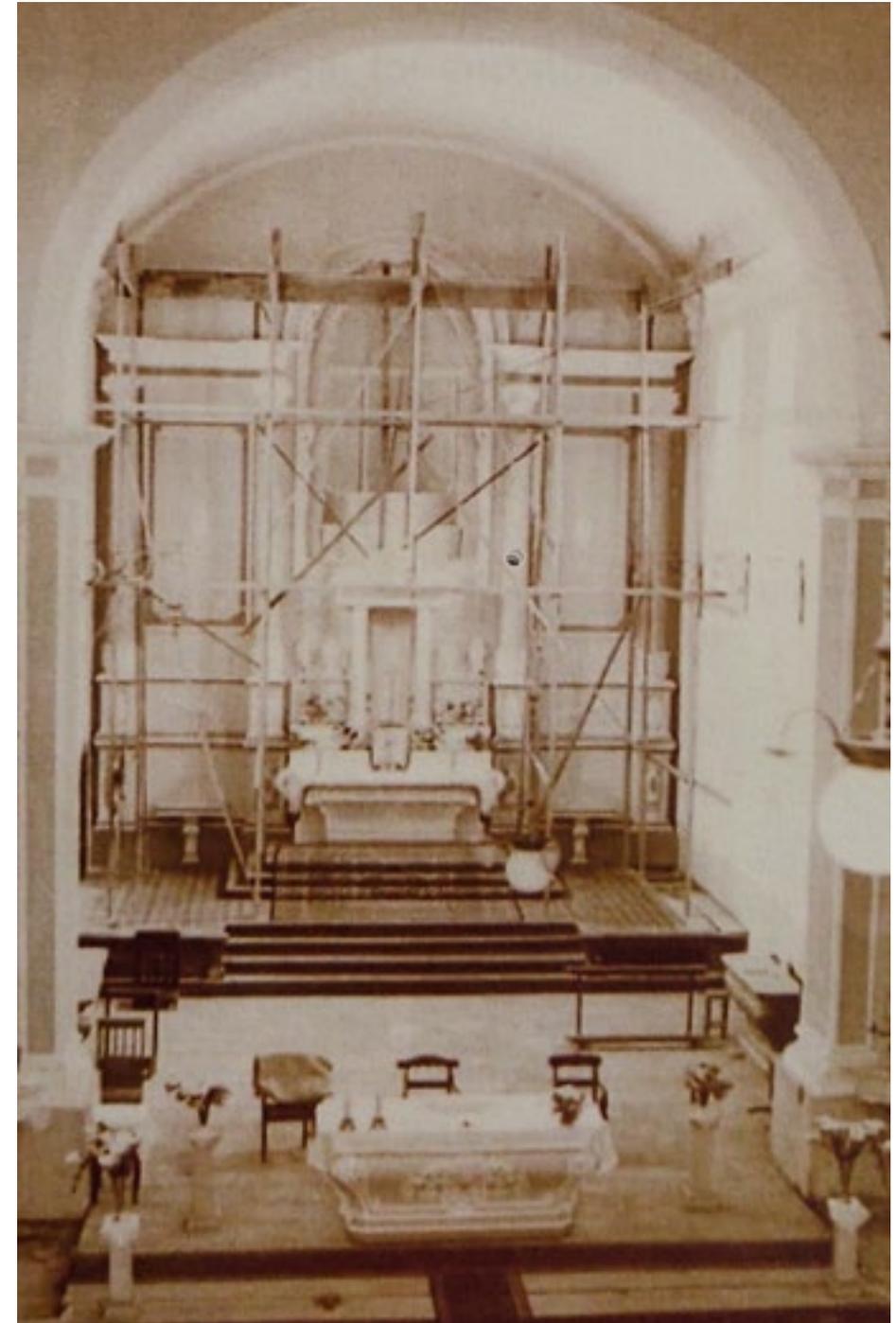


FIGURA 12.

Igreja Matriz de São José da Terra Firme, destacando-se o retábulo-mor em 1968-69 durante a reforma executada, em prol do aggonarmento da Igreja Católica. Fonte: Concrejato (2009).

Fachada leste voltada ao mar.



Fachadas leste e sul.



Fachada sul.



Fachadas norte e oeste.



Nave desde a portada.



Nave desde a capela-mor.

FIGURA 13.

Igreja Matriz de São José no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ordem Franciscana administra a Paróquia de São José entre 1904 e 1967, realizando melhoramentos na Igreja Matriz e constituindo importante legado artístico, histórico, cultural, afetivo, além de religioso - suporte da identidade local josefense. Notabiliza-se o acervo do Eclesiástico, com influências neogóticas de origem germânica, confirmado na importação de estatuários, sinos, quadros, etc. da Alemanha.

Ora, o período da administração franciscana é marcado pela evolução urbana de São José relacionada intrinsecamente às sucessivas transformações artístico-arquitetônicas na Igreja Matriz, à multiplicação de novos templos, ao incremento da atividade pastoral, por meio de evangelização e celebrações religiosas, inclusos a devoção e os festejos em honra ao padroeiro e ao Divino Espírito Santo. Ou seja, assevera-se a Ordem Franciscana como responsável por coadunar na Paróquia bens materiais e imateriais valorados como patrimônio no presente.

Ademais, a relevância de tal patrimônio extrapola o contexto local josefense, pois reflete o *modus operandi* da Ordem Franciscana no litoral de Santa Catarina no período, compondo outrossim a identidade regional catarinense. Inclusive, outros templos sob a mesma tutela são submetidos a semelhantes operações cosméticas, em prol de atualização figurativa e/ou substituição temporal: o passado luso-brasileiro, menosprezado como velho, ultrapassado e a ser superado, desaparece em favor do presente modernizado, embelezado e saneado, exibido na última moda eclética. Em consequência, parte do cariz identitário corriqueiro nos núcleos urbanos originários da região da Arquidiocese de Florianópolis assume nova identidade, dita moderna, *pari passu* com os mais recentes acontecimentos universais nas capitais no Brasil e na Europa. A propósito, sob a égide do gosto e da moda, efetiva-se certa padronização dos espaços sagrados franciscanos, por exemplo, mediante a aplicação de pintura mural interna (definida por figuratividade e colorido),

o acréscimo de torre, a remodelação de frontispício ou a construção de santuário¹⁴.

Esse *modus operandi* não é exclusivo da Ordem Franciscana, caracterizando concomitantemente várias intervenções em templos sob gestão do clero secular. O Ultramontanismo manifesta-se efetivamente na recém emancipada Diocese de Florianópolis, impulsionado pela chegada dos religiosos de ascendência europeia na virada dos séculos XI-X-XX, implementando a desejada correção dos edifícios, cujo testemunho principal constitui a Catedral Diocesana Nossa Senhora do Desterro entre 1922 e 1923. Contudo, os frades de São Francisco incorporam-no ao seu escopo programático, adequando seus santuários ao que julgam, sob o prisma do espírito católico ultramontano e da vontade artística da época, como verdadeiro, bom e belo. Destarte, infere-se que a beleza, no caso da Igreja Matriz de São José, é concebida pela Ordem Franciscana em prol do logro do espaço litúrgico efetivamente significativo - verdadeiro, bom e belo -, capaz de difundir, com facilidade, valores e dogmas propagados pelo Catolicismo.

Logo, confirma-se a hipótese de que as heranças da Paróquia de São José são vestígios vívidos do trabalho pastoral da Ordem Franciscana, que articula a comunidade e promove a beleza do mundo cristão em terras catarinenses por seis décadas, constituindo essencialmente a identidade jofense. Tal identidade expressa simultaneamente um cariz vernacular, particular da comunidade local, e institucional, universal da tradição católica, consoante as especificidades do Ultramontanismo vigente na Arquidiocese de Florianópolis no período.

14 Remete-se à reforma da Igreja da Santíssima Trindade (1938, Florianópolis); ao acréscimo de torre central nas Capelas de Bom Jesus dos Aflitos (1922-38, Florianópolis), Santa Filomena (1946, São José) e Bom Jesus dos Passos (1947, São José) e na Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito (1911, Palhoça/SC); e à construção das Igrejas Matrizes de Santo Amaro da Imperatriz (1907-11) e Nossa Senhora de Fátima do Estreito (1938-45, Florianópolis) (Gava, 2024).

A partir da saída da Ordem Franciscana da gestão paroquial, a administração de padres seculares executa diversas ações que levam ao oblívio de parte desse legado, descaracterizando-o: a Igreja Matriz, submetida às sucessivas reformas, converte-se num palimpsesto artístico-arquitetônico, no qual as camadas temporais adicionadas outrora são progressivamente removidas. Tal resultado reflete o objetivo de conformá-la segundo a liturgia renovada pelo Concílio Vaticano II - uma interpretação das constituições conciliares desarticulada do intento de preservação do patrimônio. Com efeito, o depauperamento da edificação de São José redundou na descaracterização artístico-arquitetônica e, conseqüentemente, na fragmentação e na perda do legado católico joesense e catarinense. Aliás, os acontecimentos na Paróquia neste período somam-se ao fenômeno identificado recorrentemente em outras comunidades católicas da Arquidiocese de Florianópolis entre 1960-70, decorrente de intervenções de reforma e “limpeza” nos templos antigos. Também constitui testemunho principal disso a Catedral Metropolitana Nossa Senhora do Desterro¹⁵.

Apesar dessa situação, em 1998, através do Decreto n. 2.989, efetua-se o tombamento estadual, com inscrição no Livro do Tombo Histórico da FCC da Igreja de São José da Terra Firme, do seu terreno, do cemitério e da praça fronteira ao adro. Ademais, destaca-se o levantamento, o projeto e a intervenção abarcando a Igreja Matriz pela empresa Concrejato

15 A situação da Igreja Matriz de São José assemelha-se ao ocorrido em outros templos coloniais da Arquidiocese de Florianópolis: eles são descaracterizados mormente no final do século XX, decorrentes de ações ditas “corretivas”, através das quais se subtrai parte de sua instância artística do início dos Novecentos - recorrentemente, desaparece o Eclétismo a favor da “re”aparência do suposto luso-brasileiro. Entre os casos emblemáticos, destacam-se: a remoção das pinturas murais da Catedral Metropolitana Nossa Senhora do Desterro e da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ambas na capital catarinense; a remodelação da Igreja Matriz de Santo Amaro da Imperatriz; a alteração dos retábulos da Capela da Imaculada Conceição em Itajaí; e a demolição da Igreja de Bom Jesus de Nazaré em Palhoça (Gava, 2021-22; 2024).

na última década. Entre diversas ações, elabora-se o inventário de parte das peças sacras; descobrem-se e desvelam-se pinturas murais, revestimentos e detalhes nos retábulos; e formula-se uma cartilha com orientação sobre procedimentos de manutenção do bem protegido oficialmente.

Entretanto, ainda é necessário concluir o citado o inventário abrangendo a totalidade dos bens móveis, pois há peças da Paróquia de São José e do josefense Dom Jaime de Barros Câmara, como o púlpito da Igreja Matriz, que estão no Museu Municipal ou em outros endereços. É mister reunir esse acervo sacro em espaço litúrgico único sob a tutela da sede paroquial - confirmando a arte manifesta no santuário como meio de veneração, comunicação e disseminação das Verdades Sagradas Católica; e, em concomitância, de conhecimento da história de São José da Terra Firme e das demais urbes que compõem a Arquidiocese de Florianópolis.

Diante disso, é imprescindível efetivar meios adequados à prática da preservação do patrimônio da Paróquia de São José, tal como posto pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, bem como pela celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Iphan, perpassando as demandas de conservação dos bens e de fomento às atividades de educação patrimonial, envolvendo-os com a comunidade¹⁶. Para isso, é crucial o conhecimento do acervo patrimonial - como portadores de memórias e gatilhos de experiências artísticas. Ressalta-se ainda que as ações interventivas devem pautar-se pelo respeito às normativas federais,

16 Apesar da cautela de Dom Afonso Niehues enquanto ocupa a Cátedra de Florianópolis (1967-1993), diversas situações extrapolam a prudência no que concerne à preservação dos bens da Igreja Católica em Santa Catarina. Exemplos disso constituem: a Catedral Metropolitana Nossa Senhora do Desterro e a Capela do Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Florianópolis; a Igreja Matriz de São Virgílio em Nova Trento; a Igreja da Imaculada Conceição em Itajaí; a Igreja Matriz de Santo Amaro da Imperatriz; e a Igreja Matriz de São José (GAVA, 2024).

estaduais e municipais, bem como às recomendações eclesiásticas, sem obliterar o dado material existente, visto que tal acervo patrimonial atesta a identidade local e regional, expressa nos valores intangíveis a partir da substância tangível. Enfim, o encontro com o Eterno ainda é oportunizado no templo josefense, apesar de não alcançar o estupor/maravilhamento pretérito: por exemplo, a alvura das paredes reduz a catarse artística a uma experimentação sóbria voltada à reflexão íntima do fiel.

REFERÊNCIAS

A Gazeta, Florianópolis, ano VII, n. 2041, 27 maio 1941. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=883123&pesq=%22pedro%20cechet%22&hf=hemeroteca.ciasc.sc.gov.br&pagfis=12223>. Acesso em: 30 nov. 2024.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. **Paróquia de São José**. Florianópolis: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://arquifln.org.br/igrejas/parouquia-de-sao-jose>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BERTO, J. P. **História, gestão e preservação**. 2018. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Acordo Brasil-Santa Sé**. Brasília: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243036>. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRITO, A. Falla... Desterro: Typographia Provincial, 1843. In: REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA. **Biblioteca do Ministério da Fazenda-RJ**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/303943>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRITO, A. Falla.... Desterro: Typographia Provincial, 1847. In: REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA. **Biblioteca do Ministério da Fazenda-RJ**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/303942>. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRITO, P. **Memoria politica sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816**. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1829. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182916>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CÂMARA, J. Carta... Rio de Janeiro, 1967. *In*: MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (MITRA). Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. **Pasta Ordem Franciscana**. Florianópolis: [s. n.], 2022b.

CONCREJATO. **Levantamento da Igreja de São José da Terra Firme**. São José: [s. n.], 2009.

COUTINHO, J. Falla... Rio de Janeiro: Typographia Imperial, 1857. *In*: REDE DA MEMÓRIA VIRTUAL BRASILEIRA. **Biblioteca do Ministério da Fazenda-RJ**. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em:<https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/303912>. Acesso em: 30 nov. 2024.

D'ACAMPORA, H.; SILVA, M. **O trabalho dos franciscanos na Paróquia de São José, Santa Catarina, 1904-1967**. Florianópolis: [s. n.], 19--.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Inventário de bens móveis e sacros**. Florianópolis: [s. n.], 2008.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA (FCC). **Processo de tombamento de edificação denominada Igreja de São Francisco de Paula, sita à estrada geral de Canasvieiras, em Florianópolis/SC**. Florianópolis: [s. n.], 1998.

GAVA, M. A. **A visibilização do sagrado**. 2021-22. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Udesc, Florianópolis, 2021-22.

GAVA, M. A. 2024. **Hic Domus Dei est et Porta Coeli**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

GERLACH, G.; MACHADO, O. **São José da Terra Firme**. São José: Prefeitura Municipal de São José, 2007.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. **Código de Direito Canônico**. 4. ed. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 03 jun. 2021.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Papa João Paulo II. **Carta apostólica dada Motu Proprio Inde a pontificatus nostri initio**. Roma: [s. n.], 1993. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paulii/en/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_25031993_inde-a-pontificatus.html. Acesso em: 05 maio 2021.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Constituição *Sacrosanctum Concilium*. In: VIER, F. (Coord.). **Documentos do Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1966.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Pontifícia Comissão pelo Patrimônio Cultural da Igreja. **Inventário do patrimônio cultural de Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica**. Roma: [s. n.], 2006. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20060915_inventariazione_it.html. Acesso em: 04 dez. 2024.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. Pontifícia Comissão pelo Patrimônio Cultural da Igreja. **O patrimônio cultural da Igreja e das famílias religiosas**. Roma: [s. n.], 1994. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19940410_religious-families_en.html. Acesso em: 04 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **São José (SC)**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-jose/historico>. Acesso em: 30 nov. 2024.

JOCHEM, T.; SILVA, L. Mobiliando a Casa do Senhor. *In*: JOCHEM, T.; SILVEIRA, D. **1829**. Blumenau: JRD, 2020. p. 706-734. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/123925132899781/permalink/143041600988134>. Acesso em: 30 nov. 2024.

KAMP, F. Carta... São José, 1926. *In*: MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (MITRA). Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. **Pasta São José**. Florianópolis: [s. n.], 2022a.

MARX, M. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, 1991.

MENEZES, F. Extrato... Desterro, 1765. *In*: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. **Projeto Resgate**. Lisboa: [s. n.], 2008. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=021_SC&pesq=%22AHU_ACL_CU_021%22&hf=resgate.bn.gov.br&pagfis=1422. Acesso em: 30 nov. 2024.

MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (MITRA). Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. **Pasta São José**. Florianópolis: [s. n.], 2022a.

MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (MITRA). Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. **Pasta Ordem Franciscana**. Florianópolis: [s. n.], 2022b.

MOLINERO, M. **O espaço celebrativo como ícone da eclesiologia**. São Paulo: Paulus, 2019.

MÜLLER, E. Carta... São Paulo, 1955. *In*: MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (MITRA). Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. **Pasta Ordem Franciscana**. Florianópolis: [s. n.], 2022b.

ORDEM DOS FRADES MENORES. **Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil**. São Paulo: [s. n.], 2022. Disponível em: <https://franciscanos.org.br>. Acesso em: 03 jun. 2022.

PAIVA, J. **Dicionário topográfico, histórico e estatístico da Província de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003.

PARO, T. O espaço litúrgico como experiência mistagógica. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 381-395, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/18113/12546>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PASTRO, C. **O Deus da beleza**. São Paulo: Paulinas, 2008.

SCHMITZ, D. **Relatório paroquial apresentado para a Camara Episcopal**. São José, 1911. In: MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS (MITRA). Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. **Pasta São José**. Florianópolis: [s. n.], 2022a.

TOMMASO, W. **O Cristo Pantocrator**. São Paulo: Paulus, 2017.

VIDE, S. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso em: 29 mar. 2017.

Data de submissão: 08/01/2025

Data de aceite: 06/05/2025

Data de publicação: 20/06/2025